SETA S/A - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA

CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 433 0000 2730

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A Seta S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela empresa Setapar S.A. e sua atividade consiste na extração e comercialização de tanino vegetal, oferecendo soluções a partir de extratos naturais para os clientes. A empresa tem em seu portfólio ampla linha de taninos vegetais, naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados a atender ao mercado mundial de curtimento e recurtimento de couros. Além disso, o tanino é usado como base e/ou insumo na indústria de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, produção de adesivos, bebidas, dentre outras aplicações. Em 2025, a empresa direcionou esforços para a redução de custos, a manutenção necessária dos equipamentos fabris e planejando intervenções importantes para garantir a continuidade da produção. Foi alterada a forma e os integrantes da gestão administrativa, comercial e da diretoria com o objetivo de reduzir custos nos próximos exercícios, seja pelas adequações no quadro de pessoas, seja pelas reduções de despesas comerciais, administrativas e financeiras. A reestruturação das áreas comercial e de inovação ao final do exercício de 2025 teve por objetivo a retomada e ampliação da carteira de clientes, o aumento do faturamento e a consolidação dos mercados e de novos produtos. Os novos projetos estão sendo revisitados e replanejados, observando-se horizontes de curto, médio e longo prazos, conforme prontidão, tamanho e potencial de rentabilidade. A Companhia manteve o aumento de sua participação no mercado de águas e efluentes e nos investimentos na melhoria dos seus processos industriais com foco em automatização e na qualificação de sua equipe de trabalho. Seguindo a tendência de 2024, no último exercício, a maior dificuldade enfrentada foi o alto custo de aquisição da matéria-prima. A diminuição do volume ofertado de casca de acácia-negra, somada à redução de preços do produto acabado praticados pela concorrência nos diversos tipos de taninos, torna ainda mais desafiadora a busca por resultados e a ampliação de volumes de venda. Consolidou-se, e de maneira ainda mais evidente, a necessidade de continuar investindo no fomento florestal. A Seta renovou e ampliou o programa de melhoramento genético da acácia-negra, dando continuidade à parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Chegamos ao décimo ano de pesquisas em melhoramento genético florestal, com progenes que apresentarão incrementos de volume de madeira e de casca em níveis consideravelmente superiores à média da produção convencional. A expansão da produção de sementes com melhoramento, através da implantação de novas APS (áreas de produção de sementes) garantirá o aumento de produtividade, volumes e rentabilidade aos produtores florestais e à empresa. Mantivemos o fornecimento subsidiado de mudas e insumos para o plantio diretamente para os produtores rurais ou por meio de parcerias com Prefeituras e assistência técnica gratuita aos produtores, além de disponibilizar equipe própria especializada como forma de apoio e manutenção do cultivo da acácia-negra. A administração entende que os maiores desafios para os próximos exercícios estão ligados ao recuo do consumo global e à recente redução de demanda em alguns mercados importantes, como a China, provocada principalmente pelo "tarifaço" norte americano. No mercado interno, a reforma tributária e o cenário de instabilidade política e econômica são exemplos de impactos que podem levar à necessidade de novas adequações dos processos da Companhia. Ainda como desafios, a demanda constante por novas certificações para atender ao mercado mundial, contribuem de forma importante para o aumento dos processos e custos operacionais. A Companhia optou por não constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos acumulados deste exercício no valor de R$ 1.305.087 nas demonstrações financeiras de 2025, por já possuir saldo ativado dos anos anteriores para utilização futura. A ativação deste saldo será avaliada ao final do próximo exercício. Além disso, a administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno financeiro, mas, sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. Adicionalmente, a Seta lançou um programa de recuperação de áreas degradadas, com a priorização do uso de acácia-negra nas partes produtivas e espécies nativas nas áreas de conservação. Esse programa irá fortalecer o fomento florestal, priorizando a sustentabilidade, recuperando áreas degradadas pelas cheias de 2024, ou mesmo pelo mau uso do solo. Este programa ajudará a manter a acacicultura e tornar a cadeia de produtores rurais mais robusta e sustentável. Desta forma, reforçamos nosso compromisso com o meio ambiente, com a sociedade e com os resultados financeiros. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos mais de 170 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da Companhia.Estância Velha, RS, 20 de março de 2026. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.257.286**	1.023.256
Clientes	6	**15.111.527**	9.679.644
Impostos a recuperar	7	**1.736.893**	1.981.263
Estoques	8	**34.776.258**	30.500.846
Adiantamentos a fornecedores		**365.790**	699.674
Outras contas a receber		**124.407**	20.782
Instrumentos financeiros	22	**1.002.709**	-
Dividendos a receber	10	**57.620**	326.554
Despesas do exercício seguinte		**287.776**	304.649
		54.720.266	44.536.668
Não circulante			
Depósitos judiciais	16	**834.548**	843.282
Partes relacionadas	9	**-**	1.212.827
Imóveis a comercializar		**1.033.749**	1.233.749
Impostos a recuperar	7	**23.389**	172.986
Impostos diferidos	17	**3.495.807**	3.351.504
Outras contas a receber		**181.700**	181.700
Ativo biológico	12	**14.726.744**	9.032.025
Investimentos	10	**28.673.394**	28.488.401
Imobilizado	11	**33.372.866**	34.436.343
Intangível	13	**163.438**	217.825
		82.505.635	79.170.642
Total do ativo		**137.225.901**	123.707.310

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	14	**7.771.537**	1.727.217
Obrigações sociais trabalhistas		**2.751.273**	2.639.841
Obrigações tributárias	15	**1.190.024**	1.075.229
Adiantamentos de clientes		**264.310**	75.012
Venda para entrega futura		**5.579.189**	1.044.738
Partes relacionadas	9	**6.014.957**	-
Outras contas a pagar		**944.645**	468.840
Dividendos a pagar	18	**1.438**	1.438
		24.517.373	7.032.315
Não circulante			
Fornecedores	14	**44.250**	-
Provisão para contingências	16	**10.927.245**	10.042.157
		10.971.495	10.042.157
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**62.495.194**	62.495.194
Reservas de lucros		**37.415.807**	42.272.560
Reserva de reavaliação		**1.826.032**	1.865.084
		101.737.033	106.632.838
Total do passivo e patrimônio líquido		**137.225.901**	123.707.310

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	19	**105.240.709**	92.552.508
Custo dos produtos vendidos		**(79.497.664)**	(73.078.765)
Lucro bruto		**25.743.045**	19.473.743
Despesas com vendas		**(12.349.267)**	(9.937.285)
Despesas gerais e administrativas		**(15.696.574)**	(14.065.186)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**242.613**	1.372.469
Outros resultados operacionais	21	**(2.143.213)**	(2.212.765)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(4.203.396)**	(5.369.024)
Resultado financeiro	20	**(836.712)**	3.471.675
Resultado antes das provisões		**(5.040.108)**	(1.897.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**80.534**	627.681
Prejuízo líquido do exercício		**(4.959.574)**	(1.269.668)

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	**(4.959.574)**	(1.269.668)
Resultado abrangente total do exercício	**(4.959.574)**	(1.269.668)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(5.040.108)**	(1.897.349)
Ajustes em:		
Depreciação, amortização e exaustão	**3.911.045**	3.874.935
Equivalência patrimonial	**(242.613)**	(1.372.469)
Resultado na venda/baixa de investim.	**-**	28.000
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível/ativo biológico	**4.720.195**	1.102.569
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**(1.002.709)**	-
Reversão/Provisão p/riscos de créditos	**(52.597)**	24.157
Provisão para contingências	**885.088**	817.093
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**(5.379.286)**	(137.841)
Impostos a recuperar	**393.966**	888.411
Estoques	**(4.275.412)**	7.886.734
Adiantamentos a fornecedores	**333.884**	(255.760)
Outras contas a receber	**(103.625)**	99.824
Despesas do exercício seguinte	**16.874**	(17.171)
Depósitos judiciais	**8.734**	30.514
Partes relacionadas	**7.227.784**	(10.264.484)
Fornecedores	**6.088.570**	(660.822)
Obrigações sociais trabalhistas	**111.431**	272.528
Obrigações tributárias	**114.795**	143.210
Adiantamentos de clientes	**189.298**	6.054
Vendas para entrega futura	**4.534.451**	(2.483.793)
Outras contas a pagar	**475.805**	(6.766)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**12.915.570**	(1.922.426)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	**(2.983.475)**	(2.663.661)
Adições de ativo biológico	**(10.767.649)**	(1.289.176)
Recebimento na venda de investimentos	**200.000**	900.000
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**543.030**	230.709
Dividendos recebidos de controladas	**326.554**	4.577.064
Fluxo de caixa gerado pelas atividades investimentos	**(12.681.540)**	1.754.936
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**234.030**	(3.279.562)
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**1.023.256**	4.302.818
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**1.257.286**	1.023.256
Itens que não afetam o caixa:		
Absorção de prejuízos acumulados em controlada	**-**	(3.112.072)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Eventos	Capital social	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Investimento e capital de giro	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.495.194	5.252.913	38.186.495	1.904.136	-	107.838.738
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.269.669)	(1.269.669)
Realização de reservas	-	-	-	(102.821)	102.821	-
Impostos diferidos	-	-	-	63.769	-	63.769
Destinações do resultado:						
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	(1.166.848)	-	1.166.848	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	62.495.194	5.252.913	37.019.647	1.865.084	-	106.632.838
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	**(4.959.574)**	**(4.959.574)**
Realização de reservas	-	-	-	**(102.821)**	**102.821**	**-**
Impostos diferidos	-	-	-	**63.769**	-	**63.769**
Destinações do resultado:						
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	**(4.856.753)**	-	**4.856.753**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**62.495.194**	**5.252.913**	**32.162.894**	**1.826.032**	**-**	**101.737.033**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes e produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. A Companhia possui participação na empresa relacionada abaixo:

Razão social	País	Relação		Participação 31/12/2025	Participação 31/12/2024
Agroseta S.A	Brasil	Direta	Controlada	**62,2877%**	62,2877%
Curtidora Áquila S.A.	Brasil	Direta	Controlada	**-**	99,9987%

A controlada Curtidora Aquila S.A. foi baixada definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas por atender aos critérios previstos no parágrafo 10 do CPC 36, a saber: (i) A Companhia é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Sociedade não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão - mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais); (iii) A Sociedade não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (iv) A controladora final da Sociedade disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A controladora final da Empresa é Setapar S.A. que apresentou demonstrações financeiras consolidadas datada de 20 de março de 2026. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2026.

3. Políticas contábeis materiais: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Obrigações tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Bens destinados a venda - A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O ativo imobilizado não é depreciado quando classificado como mantidos para venda. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, da Companhia.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statement* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
Reforma tributária	A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo. Embora o novo modelo tributário entre em vigor em anos posteriores a 2025, com ano teste em 2026 e transição gradual para novos tributos a partir de 2027, os impactos financeiros e as incertezas relacionadas à transição para o novo modelo tributário podem representar a necessidade de refletir tal mudança nas estimativas que servem de base para mensuração de determinados ativos, impactos estes como: Impacto na avaliação da redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1) (IAS 36); Mensuração ao valor justo de instrumentos patrimoniais detidos em outras entidades pelo CPC 46 (IFRS 13); Potencial decisão de mudança de localização ou descontinuidade de plantas produtivas em decorrência de previsão de extinção de incentivos fiscais; Recuperação de impostos (por exemplo, ICMS, PIS e COFINS), considerando as expectativas de realização do saldo a recuperar acumulado na data base; Estimativas de probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros para reconhecimento de imposto de renda diferido ativo pelo CPC 32 (IAS 12); entre outras.
IFRS 9 e à IFRS 7: Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Essas alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

continua